

**Enquadramento Geral**

Regulamentos	Descrição breve
Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio	Procede à fusão, por incorporação, da EP – Estradas de Portugal, S. A., na REFER – Rede Ferroviária Nacional, E. P. E., transformando a REFER em sociedade anónima e redeneninando-a para Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.)
Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto	Publicidade Institucional do Estado
Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto	Lei de Acesso aos Documentos da Administração Pública
Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto	PETI3+ – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro	Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto	Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, estabelecendo os requisitos e as condições a que as mesmas devem obedecer e a obrigação de interoperabilidade com o Portal dos Contratos Públicos e com outros sistemas de entidades públicas
Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio, na redação atual	Aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação atual	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, na redação atual	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. – Orgânica
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro	Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos
Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, na redação atual	Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, de liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro
Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação atual	Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação
Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, na redação atual	Aprova, a classificação das empresas públicas que se encontram sob a tutela setorial de cada ministério, para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores
Lei n.º 38/2010, de 2 de setembro	Regula o controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos e fixou os processos para a sua efetivação.
Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, na redação atual	Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral.
Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na redação atual	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação atual	Código do Trabalho
Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro	Regulamentação do Código do Trabalho
Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Regime da Reparação de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro	Cria o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, definindo, ainda, a sua composição, organização e funcionamento.
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual	Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei n.º 95/2008, de 6 de junho	Estabelece o regime de atribuições das entidades envolvidas na manutenção, conservação, beneficiação ou grande reparação da Ponte 25 de Abril e seu viaduto de acesso norte, bem como na coordenação e gestão integrada da segurança da sua exploração rodoviária e ferroviária
Lei n.º 19/2008, de 21 de abril	Medidas de Combate à Corrupção
Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na redação atual	Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação atual	Estatuto do Gestor Público
Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na redação atual	Património Imobiliário do Estado

Regulamentos	Descrição breve
Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio	Estratégia nacional para as compras públicas ecológicas
Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação atual	Regime Geral da Gestão de Resíduos
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro	Regulamenta as condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho
Lei n.º 168/1999, de 18 de setembro, na redação atual	Código das Expropriações
Lei n.º 67/1998, de 26 de outubro	Lei da Proteção de Dados Pessoais
Lei n.º 98/1997, de 26 de agosto, na redação atual	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
Lei n.º 25/1995, de 18 de agosto	Controlo da Riqueza dos Titulares dos Cargos Políticos
Lei n.º 64/1993, de 26 de agosto	Regime Incompatibilidades Titulares Altos Cargos Públicos
Lei n.º 10/1990, de 17 de março, na redação atual	Bases do Sistema de Transportes Terrestres
Decreto-Lei n.º 262/1986, de 2 de setembro, na redação atual	Código das Sociedades Comerciais
Lei n.º 4/1983, de 2 de abril	Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos

### Enquadramento Financeiro

Regulamentos	Descrição breve
Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril	Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016
Resolução do Conselho de Ministros n.º 37-B/2016, de 30 de junho	Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público
RCM n.º 10-A/2016, de 11 de março	Autoriza as despesas com as indemnizações compensatórias a pagar pelo Estado à Infraestruturas de Portugal, S. A., pelo cumprimento das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, para o período 2016 -2020
Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro	Lei de Enquadramento Orçamental
Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação atual	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações
	Públicas - SNC AP
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual	Regulamenta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio	Medidas contra os Atrasos no Pagamento de Transações Comerciais
Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na redação atual	Sistema de Informação da Organização do Estado
Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011, de 4 de janeiro	Estabelece a aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais
Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual	Sistema de Normalização Contabilística
Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro	Aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas

### Enquadramento Geral da Atividade Rodoviária

Regulamentos	Descrição breve
--------------	-----------------

Regulamentos	Descrição breve
Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro	Taxas uso privativo domínio público rodoviário
Lei n.º 34/2015, de 27 de abril	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional
Lei n.º 51/2015, de 8 de junho	Aprova um regime excecional de regularização de dívidas resultantes do não pagamento de taxas de portagem e coimas associadas, por utilização de infraestrutura rodoviária, efetuada até ao último dia do segundo mês anterior à publicação do presente diploma
Portaria n.º 365/2015, de 16 de outubro	Define o formato, características e mecanismos de tratamento da informação relevante para o exercício de atividades económicas, através do balcão único eletrónico, designado «Balcão do Empreendedor», bem como as respetivas funcionalidades técnicas e requisitos de interoperabilidade deste com as plataformas eletrónicas onde tramitam procedimentos administrativos
Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio	Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis
Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril, na redação atual	Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero»
Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho	Procede à identificação dos lanços e dos sublanços de autoestrada isentos e dos que ficam sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas
Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, na redação atual	Cria a contribuição de serviço rodoviário, que visa financiar a rede rodoviária nacional e determina as condições da sua aplicação
Lei n.º 24/2007, de 18 de julho	Define os direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como autoestradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares, estabelecendo, nomeadamente, as condições de segurança, informação e comodidade exigíveis para a circulação rodoviária em troços de estrada em obras
Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, na redação atual	Concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional e aprova as bases da concessão
Lei n.º 51/2006, de 29 de agosto	Regula a instalação e utilização de sistemas de vigilância eletrónica rodoviária e a criação e utilização de sistemas de informação de acidentes e incidentes pela EP – Estradas de Portugal, E. P. E., e pelas concessionárias rodoviárias
Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, na redação atual	Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem
Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março, na redação atual	Estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional
Decreto-Lei n.º 207/2005, de 29 de novembro	Regula o regime especial autorizado pelo artigo 13º da Lei nº 1/2005, de 10 de Janeiro, na redação decorrente da Lei nº 39-A/2005, de 29 de Julho, definindo os procedimentos a adotar na instalação, pelas forças de segurança, de sistemas de vigilância eletrónica rodoviária bem como os procedimentos a adotar para o tratamento da informação recolhida e o eficaz registo de acidentes, infrações ou quaisquer outros ilícitos.
Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto	Altera o plano rodoviário nacional
Decreto-Lei n.º 261/2002, de 23 de novembro	Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública
Lei n.º 98/1999, de 26 de julho	Redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais

### Enquadramento Geral da Atividade Ferroviária

Regulamentos	Descrição breve
Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro	Estabelece as regras da gestão da infraestrutura ferroviária e de atividades de transporte por caminho-de-ferro das empresas ferroviárias estabelecidas ou que venham a estabelecer-se em território nacional, bem como, as respetivas condições de acesso à atividade e os princípios e procedimentos de fixação e cobrança das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e de repartição da capacidade da infraestrutura ferroviária
Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, na redação atual	Define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infraestrutura ferroviária

Regulamentos	Descrição breve
Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, na redação atual	Regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens
Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, na redação atual	Regulamento de passagens de nível
Regulamento IMT n.º 630/2011, de 5 de dezembro	Estabelece os métodos e as regras de cálculo na fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares, a operadores, por um gestor da infraestrutura ferroviária ou por outro prestador de serviços
Regulamento IMT n.º 473/2010, de 20 de maio	Estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional
Decreto-Lei n.º 394/2007, de 31 de dezembro, na redação atual	Repartição de capacidade, aplicação de taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e certificação de segurança
Lei n.º 32/2008, de 17 de julho	Conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações
Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, na redação atual	Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações